

## **Julgamento de artigos multidisciplinares para a Revista Meta: Avaliação: Construção e validação de instrumento**

 <https://doi.org/10.56238/sevned2024.007-039>

### **Ligia Gomes Elliot**

Grau de Formação mais alto: PhD em Educação/Avaliação, com Pesquisas de Pós-Doutorado  
Instituição Acadêmica: University of California, Los Angeles  
Instituição de trabalho: Faculdade Cesgranrio

### **Laura Ferreira do Rego Barros**

Grau de Formação mais alto: Mestrado Profissional em Avaliação  
Instituição Acadêmica: Faculdade Cesgranrio

### **RESUMO**

O objetivo deste estudo foi construir e validar o instrumento de avaliação para a análise dos artigos submetidos à Revista Meta: Avaliação, com vistas à aprovação e posterior publicação. O processo de revisão de artigos por pares é fundamental para a manutenção dos periódicos científicos, pois a qualidade dos pareceres dos especialistas embasa a legitimidade da pesquisa apresentada pelos autores e a confiabilidade do trabalho a ser publicado. Foi utilizada a abordagem centrada em especialistas, pois a adaptação do instrumento de avaliação exige um conhecimento consistente sobre o processo de revisão por pares adotado pelo periódico. O estudo foi desenvolvido em seis etapas. A primeira focalizou revisão bibliográfica sobre o tema revisão por pares. Na segunda, as orientações e diretrizes do Committee on Publication Ethics e das editoras comerciais Wiley, Elsevier, Springer Nature, Taylor & Francis e Sage compuseram o referencial teórico. Na terceira etapa foram selecionados e adaptados aspectos relevantes do referencial junto com o formulário de avaliação utilizado pela Revista Meta: Avaliação, e elaborada uma lista de verificação contendo categorias e indicadores da avaliação. Na quarta, foi construído um instrumento para a validação técnica e de conteúdo da lista de verificação. Na quinta, a lista de verificação foi validada por quatro especialistas em avaliação, membros da equipe editorial do periódico. Esses especialistas consideraram as nove categorias pertinentes e sugeriram pequenas modificações em 22 indicadores, a supressão de dois e a inclusão de quatro. Na sexta etapa ocorreu a validação empírica do instrumento já validado, por meio de um pré-teste com o seu público-alvo, os pareceristas ad hoc do periódico. No geral, os itens do instrumento possibilitaram o julgamento do artigo. Assim, todos os 38 itens de avaliação foram preenchidos adequadamente, cabendo apenas dois acréscimos nas instruções presentes no instrumento. Como resultado, considera-se que o instrumento de avaliação elaborado e validado neste estudo atende tanto às necessidades da equipe editorial quanto dos pareceristas ad hoc da Revista Meta: Avaliação.

**Palavras-chave:** Avaliação, Revisão por pares, Validação, Revista Meta: Avaliação, Periódicos científicos.

## 1 INTRODUÇÃO

### 1.1 OS PERIÓDICOS BRASILEIROS E A QUALIDADE DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA

A publicação científica é essencial para os pesquisadores, pois a validade da sua produção vem da disseminação e divulgação dos resultados de suas pesquisas e estudos para a comunidade científica, levando à geração do conhecimento. As primeiras revistas científicas surgiram no século XVII na Europa e objetivavam divulgar informações sobre as ciências e experimentos científicos.

Os periódicos de cunho científico começaram a surgir no Brasil no século XIX e “a primeira revista regularmente publicada no Brasil, em 1917, foram os Anais da Academia de Ciências, com o nome de Revista da Sociedade Brasileira de Ciências” (Souza, 2006, p. 25).

O número de periódicos científicos no Brasil tem aumentado rapidamente, especialmente no século XXI. A facilidade de se criar uma revista científica *online* permite o surgimento de diversos periódicos com um custo inferior ao da verba para a revista impressa. Esse aumento progressivo tem sido fomentado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), responsável pelo Sistema de Avaliação da Pós-graduação no Brasil que avalia a produção científica dos docentes e discentes dos programas de Mestrado e Doutorado.

O Qualis Periódicos, parte integrante da avaliação da CAPES, é um sistema utilizado para a classificação da produção científica, particularmente os artigos publicados em periódicos. Sua base consiste em informações obtidas por coleta de dados, fornecidas pelas Instituições de Ensino Superior. Esse processo tem a função de

Auxiliar os comitês de avaliação no processo de análise e de qualificação da produção bibliográfica dos docentes e discentes dos programas de pós-graduação credenciados pela Capes. Ao lado do sistema de classificação de capítulos e livros, o Qualis Periódicos é um dos instrumentos fundamentais para a avaliação do quesito produção intelectual, agregando o aspecto quantitativo ao qualitativo (Barata, 2016, p. 2).

O Qualis Periódicos pode ser consultado na Plataforma Sucupira: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/veiculoPublicacaoQualis/listaConsultaGeralPeriodicos.jsf>, e permite a busca por: Evento de Classificação, Área de Avaliação, ISSN, Título e Classificação.

O objetivo do Qualis Periódicos é julgar a qualidade dos artigos acadêmicos por meio da análise da qualidade dos periódicos que divulgam a produção. A classificação ocorre a cada quatro anos e é realizada pelos coordenadores de área da CAPES, indicados pelos seus pares. Cada área de avaliação de periódicos define os seus critérios de classificação.

Embora o Sistema de Classificação do Qualis seja complexo e abrangente de toda a produção científica dos programas de pós-graduação *stricto sensu* no Brasil, o processo de avaliação não é livre de críticas. Os critérios utilizados para a avaliação, muitas vezes, são alvo de julgamentos negativos e desaprovação dos Programas que sofrem com falta de verbas e estrutura para manterem seus periódicos

dentro dos critérios cada vez mais exigentes. De acordo com Ponce *et al.* (2017, p. 1032), os problemas são diversos, tais como a:

Falta de visibilidade sobre os processos de avaliação, ausência de diálogo sobre resultados e questões ligadas à periodicidade do QUALIS [que] trazem uma insegurança para os autores que têm nos periódicos o veículo de divulgação de suas práticas e teorias.

Nesse aspecto, observa-se que a avaliação dos periódicos executada pela CAPES está em constante processo de aperfeiçoamento e adota medidas relacionadas ao avanço tecnológico e à disseminação do conhecimento publicado *online*. A cada avaliação, os critérios utilizados são direcionados para fatores de impacto, sendo predominantemente usados os indicadores de citação e a indexação em bases de dados específicas com vistas à internacionalização da produção científica brasileira (Nascimento; Mugnaini, 2016).

Os indicadores de citações são índices bibliométricos que se baseiam em fórmulas que consideram o número de artigos publicados e o total de citações desses artigos em um periódico, em um determinado período (Almeida; Grácio, 2019).

Os ranqueamentos estabelecidos pelas análises bibliométricas que geram indicadores de citação e de impacto, como o *Scopus*, *Web of Science* e *Google Scholar* acabam sendo interpretados como sinônimo da qualidade da produção dos periódicos acadêmicos. Os indexadores não fogem desse raciocínio, uma vez que, para um periódico ser indexado e se manter nas bases de dados de maior reconhecimento, são exigidos o cumprimento de critérios complexos e, em alguns casos, até normas que geram custos adicionais à manutenção do periódico.

No contexto brasileiro das Instituições de Ensino Superior, sobretudo as públicas, associar custo à qualidade de um periódico traz mais pretensões e preocupações para os editores, autores, pesquisadores, bibliotecários entre outros muitos atores envolvidos nesse processo de busca do aprimoramento das revistas científicas brasileiras. A pressão de internacionalização dos periódicos brasileiros com a publicação em língua estrangeira é um dos fatores ligados ao alto custo de produção (Ponce *et al.*, 2017).

As mudanças na forma de publicar e os critérios de avaliação levam revistas a abandonar a versão impressa e direcionar os gastos para a manutenção dos critérios e indexação nas bases de dados atualmente valorizados, específicos da versão *online*.

A qualidade dos artigos publicados em um periódico é garantida por meio do processo de avaliação do conteúdo dos estudos submetidos às revistas. É um processo que depende da análise da equipe editorial se o texto atende aos critérios básicos exigidos para publicação e da avaliação por pares (Ferreira; Canela; Pinto, 2014).

A avaliação ou revisão por pares é um “processo baseado na premissa de que os revisores são indivíduos competentes na área do artigo que avaliam, que são independentes, objetivos e que dedicam

seu melhor esforço à avaliação” (Ferreira; Canela; Pinto, 2014, p. 5). Os especialistas que são convidados a avaliarem os artigos são denominados de avaliadores, revisores ou pareceristas *ad hoc*. O termo *Ad hoc* pode ser definido como feito exclusivamente para explicar o fenômeno que descreve e que não serve para outros casos (University of Cambridge, 2021a).

Os periódicos atualmente sofrem com a dificuldade de conseguir processar as suas submissões em tempo hábil e garantir a qualidade dos artigos. A falta de especialistas disponíveis e interessados em realizar pareceres responde por essa situação. Werlang (2013, p. 19) enfatiza esse contexto ao relatar que:

A gestão do fluxo de trabalho entre os atores no processo de revisão por pares apresenta dificuldades, sendo uma delas a de atrair e reter bons avaliadores, que não recebem remuneração financeira para executar esta atividade e a realizam dentre as suas demais responsabilidades diárias como pesquisadores. Estas dificuldades se acentuam pelo fato de os avaliadores não receberem capacitação formal para desempenhar este papel, aprendendo na prática [...].

Os especialistas com experiência em suas respectivas áreas e alta competência para avaliar textos estão progressivamente mais ocupados e com exigências elevadas para publicar os seus próprios estudos em revistas renomadas. Esse fenômeno faz com que esses autores que precisam publicar não tenham tempo de realizar pareceres, dos quais eles mesmos dependem para conseguir publicar os seus trabalhos rapidamente. De forma usual, é possível dizer que os acadêmicos com maior disponibilidade e interesse para contribuir são os pesquisadores bolsistas e estudiosos ingressantes no meio acadêmico-científico, todavia estes não necessariamente possuem larga experiência como pareceristas *ad hoc* (Alleoni, 2014).

## 1.2 A AVALIAÇÃO DE ARTIGOS ADOTADA PELA REVISTA META: AVALIAÇÃO

Com o intuito de facilitar e agilizar o processo avaliativo, de modo a habilitar os artigos à publicação, a Revista Meta: Avaliação, do Mestrado Profissional em Avaliação, faz uso de um formulário de avaliação para os revisores desde seu início em 2009.

O Mestrado Profissional em Avaliação, foi instituído em 2006 pela Fundação Cesgranrio, diante da necessidade de se formar profissionais em avaliação. A necessidade surgiu paralela à criação de sistemas de avaliação da educação no país, na década de 1990. Desde então, a Fundação Cesgranrio acumula experiência consolidada na área de avaliação, que inclui a “realização de exames vestibulares e de concursos públicos, a concepção e condução de projetos de avaliação de sistemas educacionais, de instituições e de programas nas áreas de educação, saúde, desenvolvimento social e empresarial” (Cavalcante, 2013, p. 16), com focos multidisciplinares.

O caráter multidisciplinar do Mestrado Profissional em Avaliação se reflete no periódico Meta: Avaliação que se dedica à:

Divulgação da prática e da teoria da avaliação no Brasil e no mundo, [e também a] publicar artigos resultantes de pesquisas científicas e reflexões teóricas relacionados à temática da Avaliação, dando ênfase especial às áreas da educação, saúde e sociedade (Revista Meta, 2009).

O instrumento de avaliação da Revista Meta: Avaliação serve como auxílio para avaliadores registrarem seu julgamento e fornece um direcionamento quanto ao que deve ser avaliado sobre cada artigo encaminhado ao parecerista.

O primeiro formulário de avaliação era composto por 15 itens objetivos, divididos em dois blocos, além de conter dois itens abertos de observação e justificativa do aceite ou recusa do artigo. Em 2016, algumas adaptações foram realizadas com o propósito de melhorar o entendimento dos itens do formulário. Mesmo assim, alguns pareceristas preenchiam as respostas objetivas do formulário sem colocar qualquer observação ou justificativa para o seu julgamento. Além desse retorno pouco informativo, o índice de pareceres discrepantes alertou para uma possível divergência de entendimento ou falta de instrução mais clara sobre o que a equipe editorial precisa saber sobre os artigos no processo de avaliação.

Entre os 85 artigos submetidos à Revista Meta: Avaliação em 2019, 44 passaram pela avaliação por pares e 10 desses receberam pareceres divergentes (0,23). Foi preciso solicitar a colaboração de um terceiro avaliador para garantir a qualidade do parecer final e a tomada de decisão justa sobre o artigo. Essa etapa adicional, ao demandar mais um avaliador e mais tempo de revisão, dificulta o andamento do processo de avaliação do artigo, além de sobrecarregar a equipe editorial e atrasar o cronograma da revista.

### 1.3 OBJETIVO E JUSTIFICATIVA DO ESTUDO

Diante das necessidades relativas ao processo de avaliação de artigos, este estudo teve como objetivo construir e validar um instrumento de avaliação para a análise dos artigos submetidos à Revista Meta: Avaliação, com vistas à aprovação e posterior publicação.

A autora do estudo faz parte da equipe editorial da Revista Meta: Avaliação desde 2014. Junto com a Editora, consideraram a necessidade de construir um novo instrumento de avaliação para atender à realidade atual do periódico.

Uma Proposta de um Modelo para o Instrumento de Avaliação pelos pareceristas foi publicada em um comentário de Editorial da Revista Ibero-Americana de Estratégia, no qual Serra e Ferreira (2015) discutem a importância de se ter um instrumento para os pareceristas se pautarem. O instrumento disponibilizado nesse Editorial teve o propósito de ser adaptado e ajustado caso outros periódicos da área de administração desejassem utilizá-lo.

O pensamento de Serra e Ferreira (2015) sobre esse tema esclarece a finalidade de um instrumento de avaliação de periódicos submetidos a pareceristas:

Uma das atribuições do editor é garantir que os artigos não são rejeitados em avaliações falhas. Talvez a grande virtude de disponibilizar um instrumento seja a de “forçar” o parecerista a realmente avaliar todo o artigo, não se limitando a observações vagas sobre o conteúdo que não auxiliarão o autor a melhorar o artigo e que não ajudam o editor na decisão de aceitar ou rejeitar o artigo de publicação (Serra; Ferreira, 2015).

Desta forma, a relevância deste estudo se encontra em atender à necessidade de garantir a qualidade dos artigos científicos publicados na Revista Meta: Avaliação e, ao mesmo tempo, assegurar a manutenção do processo editorial do periódico diante da realidade atual da produção científica no país. Para alcançar o objetivo do estudo, duas questões avaliativas nortearam o estudo:

- 1) Até que ponto o instrumento elaborado atende aos critérios definidos pela equipe editorial da Revista Meta: Avaliação?
- 2) Até que ponto o instrumento validado auxilia o parecerista *ad hoc* na avaliação dos artigos da Revista Meta: Avaliação?

## 2 REVISÃO POR PARES

No âmbito acadêmico-científico internacional, os periódicos científicos com credibilidade atribuída por órgãos avaliadores e bases de dados indexadoras internacionais, publicam artigos aprovados por meio do processo de avaliação por pares. A avaliação de artigos ou revisão por pares é feita para que o manuscrito submetido seja analisado de forma imparcial, por membros da comunidade acadêmica e científica, especialistas no tema do estudo, garantindo assim que o conteúdo do artigo possui qualidade para ser amplamente divulgado.

### 2.1 A ORIGEM DO PROCESSO DE REVISÃO POR PARES

Um consenso da importância e pertinência da revisão por pares no processo de publicação de artigos em periódicos científicos originou-se na comunidade acadêmico-científica. As academias e sociedades científicas no século XVI foram fundamentais no estabelecimento da revisão por pares e na criação dos periódicos científicos. Até esse momento, a troca de informações entre cientistas sobre os resultados de suas pesquisas era feita por meio de cartas, folhetos e livros. A prática de legitimar o conteúdo dos manuscritos foi desenvolvida vagarosamente a partir dos primeiros periódicos, criados no século XVII: O *Journal des Savants* na França e o *Philosophical Transactions of the Royal Society* na Inglaterra, estabelecidos em 1665 (Zuckerman; Merton, 1971). O segundo periódico mencionado existe até hoje e possui um escopo considerado interdisciplinar e abrangente, publicando artigos que atravessam variados temas das ciências físicas e da vida (*The Royal Society*, 2020).

O sistema de árbitros (*referee system*), ainda incipiente neste contexto, progrediu paralelamente ao crescimento da pesquisa científica e os problemas que surgiam com o avanço das organizações sociais dos cientistas. O periódico *Philosophical Transactions* perdurou e passou a enfrentar questões como a falta de material para publicar, devido ao baixo número de homens envolvidos na ciência e a preocupação que tinham sobre a difusão da sua propriedade intelectual. Em 1753, tornou-se a publicação oficial da *Royal Society* (Sociedade Real) e um Conselho Editorial foi formado para mediar o conteúdo das publicações e decidir sobre as eventuais problemáticas que surgiram. Uma das principais medidas do Conselho foi garantir os direitos de propriedade dos autores, motivando-os a divulgar os seus trabalhos mediante publicação (Zuckerman; Merton, 1971).

O periódico *Philosophical Transactions* incluía todos os cientistas que realizavam trabalhos significativos no campo da ciência na Inglaterra na época, o que gerou um entendimento de “autoridade científica”. O julgamento dos manuscritos recebidos pelo Conselho para publicação ganhou peso e valor entre os cientistas que passaram a considerá-los como uma afirmação do seu trabalho (Zuckerman; Merton, 1971).

As preocupações dos pesquisadores a respeito de suas publicações impulsionaram mudanças no sistema de arbitragem, visto que, na sua capacidade de produtores de ciência, os cientistas individuais estavam preocupados em ter o seu trabalho reconhecido pela publicação em meios valorizados por outros membros da comunidade científica emergente, significativa para eles. Outra apreensão era o “roubo filosófico”, o atual plágio, que os pesquisadores enfrentavam diante de trabalhos impressos e divulgados sem controle e sem autoria. Já como consumidores da ciência, eles se preocupavam com o trabalho produzido por outros fosse avaliado competentemente para confiarem na sua autenticidade.

O *Royal Society*, para manter o seu status de autoridade, criou um setor organizacional que pudesse assegurar avaliações competentes e confiáveis. Zuckerman e Merton (1971, p. 74, tradução nossa) informam que “há relatos, mesmo nesse período inicial, de que cientistas individuais nos seus papéis de consumidores informados começavam a afetar o processo, fazendo com que houvesse controle de qualidade das publicações nos periódicos.”

O processo de revisão por pares, como é conhecido hoje, começou no século XVIII e se institucionalizou na década de 1970. Nesse período, muitos periódicos aderiram a essa revisão devido ao crescimento da especialização em cada área de pesquisa e ao aumento da competitividade entre os periódicos para receberem submissões de manuscritos (Benos *et al.*, 2007).

A adoção desta sistemática por grande parte dos periódicos, nas últimas cinco décadas, tem levado a discussões sobre qual é o melhor tipo de revisão por pares.

## 2.2 TIPOS DE REVISÃO POR PARES

O processo de revisão por pares pode ser conduzido de três maneiras: revisão às cegas simples, revisão por pares no sistema duplo cego ou revisão aberta. Na revisão às cegas simples, a identidade do revisor é desconhecida para o autor, mas o revisor sabe a identidade do autor. No processo duplo cego, o anonimato do revisor e do autor é garantido. Já na revisão por pares aberta, ambas as partes conhecem a identidade do outro (Kelly; Sadeguiéh; Adeli, 2014).

Com o avanço das tecnologias de informação e comunicação e o desejo da sociedade científica por modelos de revisão mais transparentes e justos, o processo de revisão por pares aberta ganha protagonismo nessa discussão por possibilitar a identificação de todos os participantes e tornar a avaliação uma etapa colaborativa da produção acadêmica. Contudo, o debate a respeito desse tipo de revisão ainda encontra resistência por parte de autores, especialmente os mais consagrados, e de revisores que não desejam ter seu trabalho criticado publicamente e receiam partilhar o escrutínio ou o questionamento das revisões divulgadas (Silva, 2016).

Até o século XX, o processo de revisão por pares era apenas realizado antes da publicação do artigo, para garantir a qualidade do manuscrito anterior à sua divulgação. Na década de 90 do século XX, com o avanço das tecnologias, o volume de pesquisas sendo feitas e a velocidade da divulgação das informações, surgiu o conceito de *preprints*. Seu principal objetivo é comunicar rapidamente os resultados de uma pesquisa, contribuindo para um processo de colaboração e *feedback*. Uma definição de *preprint* seria uma versão de um artigo anterior à revisão por pares e à publicação em um periódico (Tennant, 2018). O uso dos *preprints* começou no campo da física e rapidamente se espalhou para as matemáticas e ciências da computação. A divulgação quase imediata do artigo fez com que o processo de revisão por pares fosse deslocado para um momento posterior ao *preprint* (Alvarez; Caregnato, 2017).

O emprego dos diferentes tipos de revisão por pares suscita críticas dos autores, dos revisores e das equipes editoriais de periódicos, sobre as várias formas de se avaliar os artigos. O principal foco é a necessidade de revisar os trabalhos acadêmicos a serem publicados, a fim de garantir a qualidade dos resultados científicos. Um estudo sobre a revisão por pares questionou 40.000 autores de artigos científicos, em nível mundial. Dos respondentes, 94% concordaram que a finalidade da revisão é melhorar a qualidade de um estudo publicado e 77% concordaram que a revisão por pares é capaz de cumprir essa finalidade (Mulligan; Hall; Raphael, 2013).

## 2.3 DESAFIOS NO PROCESSO DE REVISÃO POR PARES

O processo editorial dos periódicos enfrenta várias adversidades diante das exigências crescentes dos indexadores nacionais e internacionais. A periodicidade é um dos critérios complexos de cumprir constantemente, quando se depende de tantos atores ao longo das etapas da submissão do

artigo até a publicação de uma edição. A etapa mais complexa e demorada desse processo é a revisão por pares.

Embora seja considerada essencial para garantir a integridade dos artigos divulgados, as equipes editoriais passam por desafios constantes para conseguir cumprir o processo de revisão por pares de forma adequada e tempestiva. Patrus, Dantas e Shigaki (2016) apontam algumas das críticas mais gerais sobre o processo, como: a) a lentidão nesta etapa sendo responsável por atrasos na publicação; b) a revisão por pares é custosa e trabalhosa; c) os revisores estão sobrecarregados, atendendo a uma demanda de caráter voluntário e por isso estão sujeitos a falhas, independente da classificação da revista; d) os autores ainda afirmam que essas dificuldades estão relacionadas ao fenômeno do produtivismo acadêmico, a partir do qual os “artigos científicos estariam se distanciando do seu papel primordial, o de comunicar descobertas científicas, para um secundário, o de comprovar e aumentar a atividade e produção acadêmicas” (Patrus; Dantas; Shigaki, 2016, p. 805).

A disponibilidade dos pesquisadores para avaliar os artigos é um ponto crítico para o processo de revisão por pares. Os pesquisadores experientes, com carreiras avançadas no meio acadêmico, muitas vezes consideram participar como parecerista de uma revista um “esforço altruísta, no entanto esse esforço é percebido como um pilar da cidadania acadêmica, uma vez que seus próprios trabalhos já dependeram também do processo de revisão de outros pesquisadores” (Wachholz, 2019, p. 224). Hohendorff (2018) relata em seu Editorial da Revista de Psicologia do IMED, de Passo Fundo, o que se repete com frequência no processo de revisão por pares:

Infelizmente, não é incomum que os pareceristas não respeitem os prazos indicados. Sabemos que revisar um artigo é um trabalho “extra” e voluntário e que muitos pareceristas não têm disponibilidade para realizar tal tarefa quando solicitados pelos editores. Sendo assim, espera-se que os pareceristas prontamente respondam ao *e-mail* convite indicando sua indisponibilidade. Porém, não é raro que os editores fiquem sem resposta, lançando mão da insistência para saber se os pareceristas irão ou não realizar a revisão. Enquanto aguardam alguma resposta dos pareceristas, a tramitação do artigo é cessada e o resultado é a demora em enviar uma decisão aos autores (Hohendorff, 2018, p. 2-3).

A demora ou falta de resposta a um convite de avaliar um artigo e a falta de cumprimento do prazo estabelecido para a avaliação fazem com que o processo de revisão por pares do periódico sofra atrasos difíceis de serem administrados pelas equipes editoriais.

O interesse em colaborar na avaliação de artigos submetidos aos periódicos esbarra em um forte obstáculo, a falta de motivação. Por ser uma atividade não remunerada e voluntária, acaba por ser benéfica, principalmente, para os pesquisadores bolsistas e estudiosos ingressantes no meio acadêmico-científico, com necessidade de enriquecer os seus currículos. Assim, são os especialistas menos experientes que aceitam com mais frequência atuar como avaliadores e isso pode acarretar um parecer discutível, por causa da prática limitada, ainda mais se não possuir uma boa orientação para a tarefa a ser realizada. Alleoni (2014) discute essa situação a partir da recusa de pareceristas em avaliar artigos

sobre os quais, embora sejam autoridade no tema, justificam como motivo o excesso de atividades no trabalho, muitos pedidos de pareceres de várias revistas, carga horária de aulas extensa e funções administrativas.

A partir da falta de profissionais qualificados para exercer a função, as Comissões Editoriais se encontram na obrigação de convidar profissionais sem a experiência e, por vezes, competência adequada para dar parecer (Alleoni, 2014). Essa situação leva, conseqüentemente, a pareceres nem sempre confiáveis, muitas vezes com possíveis enganos, e que os Editores têm que eliminar. Com o intuito de aprimorar o processo, Alleoni (2014, p. 1) apresenta cinco pontos que considera importantes para o parecerista: “1) Conhecer o escopo da revista; 2) avaliação técnica; 3) Avaliar *versus* sugerir; 4) Cumprimento de prazo e 5) Cordialidade.”

Outro agravante apontado é o número de pesquisadores aptos a avaliar que não acompanha o crescimento dos periódicos e o volume de artigos, estimulados pela publicação *online* e o produtivismo acadêmico. Essa situação tem provocado um desequilíbrio no sistema, que depende dos próprios acadêmicos para fornecerem artigos assim como avaliá-los (Silveira; Silva, 2020).

Formas de conseguir incentivar e manter os pareceristas é pauta constante em congressos como o ABEC Meeting 2020, evento da Associação Brasileira de Editoração Científica, que ocorre anualmente e busca discutir as novidades e os desafios no meio da editoração científica. Em 22 de setembro de 2020 ocorreu a mesa-redonda: “Como conseguir bons avaliadores e boas avaliações”, no qual foram discutidas práticas de editores que podem auxiliar na manutenção dos pareceristas e a obtenção de pareceres com qualidade.

O Professor Paiva, Editor-Chefe das revistas científicas *Ciência e Agrotecnologia* e *Plant Cell Culture & Micropropagation*, apontou alguns procedimentos de reconhecimento da atividade que podem ser úteis para fidelizar o parecerista. Esses procedimentos incluem um “agradecimento por *e-mail* ou até um certificado” do parecer; “referenciar a contribuição” do parecerista; “certificado de Potencial editor de área”; não cobrar taxas de submissão ou de publicação; oferecer pequenos presentes, como canetas, calendários, canecas; evitar sobrecarregar o parecerista (Paiva, 2020).

Formas de incentivar a contribuição com o periódico são discutidas entre editores constantemente, pois o desafio de conseguir e manter pareceristas bons ao se valer dessas práticas minimiza as dificuldades desse processo ao longo do tempo, mas não os soluciona permanentemente.

Outra grande dificuldade das revistas é a qualidade dos pareceres. Não é sempre que as avaliações recebidas são pertinentes e feitas com o desempenho esperado. A CAPES proporciona um sistema de recompensa para a publicação de artigos, contando a produção acadêmica do docente, no entanto, não há compensação direta para a revisão por pares. A elaboração de um parecer exige tempo e a falta de motivação, além da falta de uma formação para a revisão por pares, pode contribuir para a qualidade discutível dos pareceres. Com o propósito de contornar o déficit de conhecimento dos

pareceristas sobre a formulação de pareceres, grandes editoras e órgãos de ética buscam oferecer guias e instruções para auxiliar os autores, os revisores e até as equipes editoriais a elaborarem seu próprio material de orientação para a revisão por pares.

## 2.4 BOAS PRÁTICAS E DIRETRIZES PARA A REVISÃO POR PARES

O processo de revisão por pares não envolve, em sua maioria, um treinamento formal dos acadêmicos que se dispõem a realizar a apreciação dos artigos submetidos a periódicos. A maior parte dos pareceristas adquirem conhecimento e experiência por meio de *networking*, indicações no próprio ambiente acadêmico e com contato com editores de periódicos (Kelly; Sadeguiéh; Adeli, 2014). Diante desse cenário, surge a necessidade de os editores fornecerem instrumentos capazes de auxiliar os pareceristas, de modo a orientá-los quanto à ética e a transparência na avaliação, além de guiá-los para desenvolverem um parecer conforme as necessidades específicas do periódico.

A prática de prover diretrizes para os pareceristas não é só discutida no Brasil, mas na comunidade científica internacional também. A pesquisa realizada por Seeber (2020) buscou periódicos da área de gestão inclusos na base de dados *Web of Science* para verificar como os periódicos tentam modelar a revisão por pares, por meio da análise das instruções para os pareceristas e suas variações entre os periódicos de níveis diferentes. O autor identificou que um, em cada quatro periódicos, de um universo de 168, disponibiliza alguma diretriz para os pareceristas (Seeber, 2020).

Grandes editoras internacionais como a *Wiley*, *Elsevier*, *Springer Nature*, *Taylor & Francis* e *Sage* orientam os seus pareceristas com diretrizes éticas e gerais sobre o que é a revisão por pares e como realizar a revisão seguindo as instruções próprias da instituição. A *Wiley* oferece em seu *site* descrições detalhadas sobre revisão por pares, fornece um passo a passo da análise e ainda apresenta uma lista de “dicas valiosas” para os pareceristas (*Wiley*, [2000]). Já a *Elsevier* possui um material robusto, composto prioritariamente de vídeos explicativos sobre ética na revisão, diversidade e transparência no processo. A *Elsevier* [2021] também oferece um curso de certificação de revisão por pares, para quem se interessar em se aperfeiçoar nos fundamentos e nas práticas da revisão por pares.

O *Committee on Publication Ethics* (COPE), foi fundado em 1997 por editores de periódicos da área médica que se preocupavam com o número de casos de má conduta nas pesquisas que se apresentavam no momento. Atualmente, o COPE é uma liderança no campo de ética em publicações e possui membros em nível mundial, incluindo grandes editoras como *Wiley*, *Springer Nature* e *Elsevier*. O COPE desenvolve diversas orientações para auxiliar editores de periódicos, grandes editoras e instituições na conduta ética na publicação e na pesquisa e inclusive dispõe de diretrizes éticas específicas para o processo de revisão por pares (*COPE Council*, [2020]). O guia para a revisão por pares do Comitê abrange a responsabilidade profissional do parecerista ao assumir a avaliação de um manuscrito, em relação à sua capacidade de apreciar o conteúdo de forma adequada e atender ao prazo

estabelecido, passando por cada etapa do processo de revisão (leitura inicial; confidencialidade; enviesamento; suspeita de violação ética) até o preparo do parecer (formato; *feedback* apropriado; linguagem e estilo; sugestão de acréscimos no trabalho; responsabilização).

As instituições descritas fornecem um material valioso e de livre acesso a qualquer indivíduo ou instituição interessada em se aprimorar no processo de revisão por pares. As boas práticas foram adaptadas de COPE Council (2017); COPE Council ([2020]); Wiley (2020); Elsevier (2020); Springer Nature (2021); Taylor & Francis (2021); Sage Publishing (2021). Dentre elas encontram-se responsabilidade profissional, confidencialidade, pontualidade viés e interesses competitivos, útil e respeitoso. Explicações mais detalhadas sobre o significado das práticas se encontram em Rego Barros (2021).

As instruções de boas práticas servem para auxiliar qualquer parecerista no momento que antecede a avaliação de um manuscrito. O revisor deve considerar as cinco orientações e refletir se pode atendê-las integralmente, antes e durante uma revisão. Enfatiza-se a importância dessas instruções, especialmente para pareceristas pouco experientes no processo de revisão por pares.

Um conjunto de diretrizes gerais adaptadas também do COPE e das editoras Wiley, Elsevier, Springer Nature, Taylor & Francis e Sage, considerando a atuação do parecerista no momento da apreciação do manuscrito, foram organizadas em um quadro e podem ser encontradas integralmente em Rego Barros (2021). O quadro instrui cada etapa da revisão de um manuscrito, com o propósito de orientar a elaboração de instrumentos ou guias específicos para nortear a atividade do parecerista. Inclui uma análise inicial, a primeira leitura para detectar grandes falhas potenciais, a segunda leitura, mais detalhada, que se volta para a construção do argumento para o julgamento do texto, características gerais focalizando uma análise por seção, que trata de objetivos, métodos, conclusões e referências.

## 2.5 O PROCESSO DE REVISÃO POR PARES NA REVISTA META: AVALIAÇÃO

A Revista Meta: Avaliação é um periódico de escopo multidisciplinar, de periodicidade trimestral, que publica 40 artigos científicos por ano. O processo de submissão de artigos da revista é de fluxo contínuo, portanto, recebe artigos de forma ininterrupta. Em 2020, a revista recebeu 111 artigos para avaliar com vistas à publicação. Artigos de língua portuguesa, espanhola e inglesa, nacionais e de países como Portugal, Espanha, Estados Unidos, Vietnam, Chile, Argentina, Colômbia, México, Peru e Bolívia, evidenciam a procura internacional para publicação, no periódico Meta: Avaliação.

O processo de avaliação dos artigos submetidos é detalhado nas diretrizes da Revista Meta: Avaliação:

- Triagem inicial do arquivo do texto, se está de acordo com as Diretrizes para autores, normas de submissão e dentro do escopo da Revista.

- Análise pelo iThenticate – *Professional Plagiarism Prevention*, programa de detecção de plágio, para verificar o ineditismo do texto apresentado. Essa avaliação poderá resultar em recusa inicial do artigo, quando as similaridades representarem não ineditismo do trabalho em relação a suas bases teórico-metodológicas e ou a seus resultados.
- Primeira avaliação: análise inicial pelo Comitê Editorial que julga o alinhamento do texto à linha editorial da revista, a originalidade e pertinência do estudo e a qualidade do desenvolvimento do trabalho e da escrita.
- Sistema duplo cego de avaliação (*double blind peer review*): após aprovação inicial do Comitê Editorial, o texto será encaminhado a dois especialistas da área, avaliadores ad hoc e, em casos de divergência, um terceiro avaliador é convidado para garantir um processo justo de avaliação.
- Avaliação final: os pareceres são analisados pelo Comitê Editorial, que emite um parecer final de aprovação, rejeição ou alterações necessárias para publicação (Revista Meta, 2009).

Desta forma, o maior desafio enfrentado pela equipe editorial Revista Meta: Avaliação, assim como por diversos outros periódicos no Brasil, é a manutenção do processo de revisão por pares, com características e requisitos visando a qualidade da publicação. Garantir a qualidade dos pareceres e manter o fluxo da revisão por pares em dia é uma atividade complexa que demanda tempo, adaptação e melhorias no processo editorial da revista. O escopo multidisciplinar do periódico também representa dificuldade para manter uma base de avaliadores robusta, composta por especialistas de todas as áreas das quais se recebe artigos. Com isso, a construção e a validação do instrumento de avaliação para a análise dos artigos submetidos à Revista Meta: Avaliação para publicação, visa auxiliar os pareceristas no momento da avaliação do artigo, garantindo assim um parecer de melhor qualidade e uma redução no tempo da etapa de revisão por pares.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

#### 3.1 ABORDAGEM AVALIATIVA

O uso de instrumentos orientadores no processo de revisão por pares é uma prática comum entre as equipes editoriais e grandes editoras de periódicos acadêmicos científicos. A elaboração ou adaptação desse material exige um olhar específico de especialistas, experientes na prática de avaliação e na atuação em publicação e revisão de revistas acadêmicas científicas.

Nesta perspectiva, a abordagem mais pertinente ao estudo foi a centrada em especialistas, para garantir que o instrumento elaborado atendesse ao objetivo de construir e validar um instrumento para a análise dos artigos submetidos à Revista Meta: Avaliação, com vistas à aprovação e posterior publicação.

A abordagem centrada em especialistas, um dos modelos mais antigos da avaliação, se fundamenta no julgamento fornecido por especialistas que possuem a qualificação profissional na área que se deseja avaliar. As avaliações são consideradas de qualidade devido ao conhecimento aprofundado e a experiência dos especialistas, o que possibilita a análise e o julgamento do objeto

sendo avaliado, seja este um programa, uma instituição, uma atividade ou um produto (Worthen; Sanders; Fitzpatrick, 2004).

A abordagem centrada em especialistas deve-se apropriar de critérios reconhecidos para o processo avaliativo especificamente por envolver o parecer de indivíduos, que podem apresentar um nível de subjetividade em sua perspectiva de julgamento. Por isto, recomenda-se a utilização da opinião de mais de um profissional (Chianca; Marino; Schiesari, 2001). Uma forma de reduzir o enviesamento do especialista é convidar vários experts na área, um grupo neutro, equilibrado, contando ainda com avaliadores externos que não possuem envolvimento prévio com o objeto (Worthen; Sanders; Fitzpatrick, 2004).

### 3.2 ETAPAS DA CONSTRUÇÃO DO INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO

O processo de construção do instrumento deste estudo abrangeu seis etapas.

A primeira etapa consistiu em uma revisão bibliográfica sobre o tema revisão por pares, a fim de identificar a sua origem; os desafios que as equipes editoriais enfrentam no seu cotidiano gerindo esse processo de revisão, e as diretrizes e boas práticas que servem de orientação para o desempenho dessa atividade.

A segunda etapa correspondeu à escolha do referencial teórico. A partir de uma pesquisa realizada em periódicos nacionais e internacionais que possuíam variações da palavra avaliação no título, buscou-se identificar materiais instrucionais, guias e documentos que poderiam servir como base para o referencial teórico, considerando que a área da avaliação é multidisciplinar e orientações de periódicos semelhantes poderiam oferecer material relevante.

Em relação aos periódicos nacionais, a busca utilizou a ferramenta de pesquisa do Qualis Periódicos na Plataforma Sucupira da CAPES. Dos oito periódicos nacionais encontrados, apenas a Revista de Gestão e Avaliação Educacional e a Revista Estudos em Avaliação Educacional possuem critérios de avaliação do processo de revisão por pares disponível nos seus respectivos sites.

Quanto aos periódicos internacionais, como não existe um diretório centralizando para uma busca exaustiva dessas revistas, a busca foi realizada no *Directory of Open Access Journals* (DOAJ). Este diretório indexa as informações de periódicos de acesso aberto internacional, mas é bastante limitado quando se trata de periódicos da América do Norte e Europa.

Os critérios de busca consistiram em buscar palavras-chave *evaluation* ou *assessment* no título e a delimitação dos idiomas Português, Inglês e Espanhol. O DOAJ identificou nove periódicos com a palavra *evaluation* no título e 12 com a palavra *assessment*. Dos 21 periódicos, apenas um disponibiliza critérios de avaliação da revisão por pares, o *Journal of Educational Evaluation for Health Professions* (2021), da Coreia do Sul.

A busca foi repetida no Scopus, base de dados de citação internacional, utilizando os mesmos critérios da busca no DOAJ. O Scopus identificou 52 periódicos com o termo *evaluation* no título e outros 46 com o termo *assessment*. Do total, apenas seis são de acesso aberto, sendo um deles o periódico da Coreia do Sul já identificado e o único que apresentou alguma informação sobre revisão por pares.

Os 92 periódicos de acesso pago são de grandes editoras comerciais como *Wiley*, *Elsevier*, *Springer Nature*, *Taylor & Francis* e *Sage*. Essas editoras disponibilizam instruções gerais do processo de revisão por pares dos seus periódicos e seguem o COPE. Os critérios identificados no material disponibilizado pelos periódicos *Revista Estudos em Avaliação Educacional*, *Revista de Gestão e Avaliação Educacional* e *Journal of Educational Evaluation for Health Professions*, da Coreia do Sul, são generalistas e não abordam características relacionadas ao perfil específico do periódico. Por esse motivo, definiu-se como referencial teórico as orientações e diretrizes do COPE e das editoras comerciais *Wiley*, *Elsevier*, *Springer Nature*, *Taylor & Francis* e *Sage*, adaptadas e mencionadas na seção relacionada a boas práticas para a revisão por pares.

### 3.2.1 Terceira etapa

Na terceira etapa, os aspectos do processo de revisão por pares, junto com o formulário de avaliação utilizado pela *Revista Meta: Avaliação*, de 2016, serviram de orientação para a construção dos Quadros de categorias e indicadores, norte para a elaboração do instrumento. A University of Cambridge (2021b) criou um guia instrucional para a condução efetiva da revisão por pares. O guia fornece orientações e esclarecimentos básicos, essenciais para novos avaliadores. Já o artigo de Brei *et al.* (2017) apresenta um guia robusto para a avaliação de artigos na área de *marketing* e auxiliou na estruturação do quadro, quanto à determinação das categorias e à construção dos indicadores. Por último, um indicador foi formulado a partir de um item presente nas *Revista Estudos em Avaliação Educacional* (1990). Foram definidas nove categorias, totalizando 36 indicadores.

As nove categorias de orientação da construção do instrumento de avaliação para a análise dos artigos submetidos à *Revista Meta: Avaliação* foram determinadas seguindo as diretrizes do processo de avaliação de um artigo científico, realizado por 10 pareceristas *ad hoc*. A primeira Categoria Avaliação geral do artigo, compreende a orientação dos pareceristas *ad hoc* realizarem uma primeira leitura em diagonal para identificar a impressão inicial do texto e ter uma noção se a sua recomendação indicará a aceitação ou rejeição do artigo. Em seguida, cada seção de um artigo foi considerada como uma categoria por ordem de análise durante a avaliação, sendo estas: Título, Resumo, Introdução, Referencial Teórico, Abordagem/Metodologia, Resultados e análise, Conclusões e Referências. Essas categorias foram adaptadas do estudo de Brei *et al.* (2017), considerando a especificidade dos artigos submetidos e publicados na *Revista Meta: Avaliação*.

Após sua elaboração, o Quadro de Categorias foi transformado em uma lista de verificação para ser submetida ao processo de validação. A lista de verificação foi escolhida como o instrumento mais adequado para esta etapa do estudo devido à natureza do instrumento de avaliação utilizado na Revista Meta: Avaliação para a análise dos artigos. Leite (2012, p. 103) exemplifica que “as listas de verificação são usadas para checar se o processo ou atividade está sendo desenvolvido da maneira prevista, de modo que se garanta sua qualidade [...], [verificando] se todos os assuntos previstos foram desenvolvidos e avaliados [...]”. Embora as listas de verificação tenham por característica a objetividade e fácil aplicabilidade, é essencial que o avaliador tenha conhecimento específico sobre o objeto que está sendo ou será avaliado.

### 3.2.2 Quarta etapa

A quarta etapa consistiu na validação da lista de verificação construída a partir do Quadro de Categorias. Um instrumento deve ser válido e confiável em termos dos resultados que produz. Seja o instrumento construído ou adaptado, um questionário, uma escala de mensuração, uma lista de verificação ou um processo de entrevista ou observação, é imprescindível que este seja validado a fim de garantir a sua confiabilidade e a credibilidade do estudo (Elliot, 2012).

Martins (2006, p.5) descreve validade como sendo o “grau em que um instrumento realmente mede a variável em que pretende medir. Em outras palavras, um instrumento é válido na extensão em que mede aquilo que se propõe medir.” No caso da lista de verificação, elaborou-se um instrumento com três partes para a validação técnica e de conteúdo.

De acordo com as autoras Elliot, Hildenbrand e Berenger (2012, p. 62), a validade de conteúdo verifica “se a medida abrange uma gama de significados relacionados ao conceito ou constructo focalizado”. Foi possível elaborar um mesmo instrumento para as duas etapas de validação visto que os quatro especialistas em avaliação que participaram da validação são membros da equipe editorial da Revista Meta: Avaliação. Os especialistas foram escolhidos não só a partir da experiência como docente do Mestrado Profissional em Avaliação, mas também por atuarem diretamente no processo de avaliação dos artigos submetidos à Revista Meta: Avaliação. Com isso, esses especialistas possuem o conhecimento necessário e consistente para realizar a validação de conteúdo do material desenvolvido.

A primeira parte do instrumento solicitou aos especialistas a análise das nove categorias e seus respectivos indicadores a partir de três perguntas sobre: se as categorias são suficientes; se alguma categoria deveria ser excluída; e se alguma outra categoria deveria ser incluída no instrumento.

Em seguida, a segunda parte do instrumento de validação compreendeu a análise da adequação dos indicadores em relação às suas respectivas categorias, com base em três possibilidades de julgamento: Atende, Atende parcialmente e Não atende.

Na terceira parte do instrumento, foi construído um quadro para cada categoria, composto dos seus respectivos indicadores. Seis perguntas foram elaboradas a partir dos critérios de validação:

- a) singularidade - cada indicador descreve apenas um aspecto do objeto;
- b) clareza - os indicadores indicam o que deve ser observado, não são genéricos;
- c) ausência de superposição - não existem aspectos superpostos nos indicadores;
- d) abrangência - o instrumento inclui todos os indicadores necessários;
- e) relevância - todos os indicadores são importantes na respectiva categoria;
- f) organização - os indicadores nas categorias se encontram ordenados de forma adequada ou lógica; (ELLIOT; LEITE, 2015 apud L. SILVA; ELLIOT, 2018).

Os critérios **a**, **b**, **c** dizem respeito a características essencialmente técnicas; os critérios **d** e **e** se relacionam à importância do instrumento; e o critério **f** se refere à praticidade do instrumento. Nessa parte da validação, os especialistas foram solicitados a marcar para cada critério **S** (sim), **P** (parcialmente), ou **N** (não). Se algum indicador atendesse parcialmente ou não aos critérios, o especialista deveria justificar a sua resposta no espaço destinado a observações.

### 3.2.3 Quinta etapa

A lista de verificação foi submetida à validação técnica e de conteúdo em março de 2021 por três especialistas em avaliação, membros da equipe editorial da Revista Meta: Avaliação. Os critérios para a seleção dos validadores incluíram ter *expertise* na área de avaliação e atuar na equipe editorial, a fim de responder a primeira questão avaliativa do estudo: Até que ponto o instrumento elaborado atende aos critérios definidos pela equipe editorial da Revista Meta: Avaliação?

Os validadores são especialistas em avaliação e doutores em Educação, Ciências da Educação e Ciências Sociais, atuando na equipe editorial da Meta: Avaliação desde 2019. Cada especialista recebeu por *e-mail*, uma carta convite com a descrição do processo de validação e o instrumento de validação técnica e de conteúdo.

Os especialistas convidados validaram a lista de verificação proposta no estudo. Como o instrumento de validação possuía questões abertas e fechadas, foi feita a apuração individual das respostas quantitativas e uma análise qualitativa das respostas abertas de cada validador. Em seguida, as validações foram analisadas de forma comparativa para determinar os ajustes necessários no instrumento. Os três especialistas teceram observações pertinentes ao instrumento, que foram aceitas. A maioria focalizou a melhoria na redação de 22 indicadores, a supressão de dois e a inclusão de quatro indicadores.

Após a análise das recomendações dos especialistas, foi realizada uma segunda análise das sugestões junto com o quarto especialista, que sugeriu uma breve adaptação final dos indicadores. A partir dessas considerações, o instrumento foi reelaborado e a versão definitiva do instrumento de avaliação foi aplicada na etapa de validação empírica.

### 3.2.4 Sexta etapa

A sexta etapa correspondeu à validação empírica do instrumento de avaliação validado pelos especialistas, por meio de um pré-teste do instrumento com o seu público-alvo, os pareceristas *ad hoc* do periódico.

Sullivan (2011) afirma que a elaboração de instrumentos de avaliação precisa descrever todo o processo de desenvolvimento até a informação que atribua credibilidade ao uso do novo instrumento. Nesse sentido, a pré-testagem do instrumento de avaliação foi realizada com o objetivo de incorporar e validar possíveis ajustes e melhorias voltadas para a adequação do instrumento aos pareceristas.

Os critérios utilizados para a escolha dos especialistas foram: a) fazer parte do corpo de pareceristas *ad hoc* do periódico a mais de dois anos; b) ser parecerista *ad hoc* membro de equipes editoriais de outros periódicos; e c) ter formação ou atuação profissional vinculada à área educacional.

Diante do escopo multidisciplinar do periódico, foi necessário escolher a subárea para a pré-testagem. Não seria possível validar empiricamente o instrumento considerando todas as subáreas nas quais se publica artigos na Revista. Considerou-se então a subárea que mais publica no periódico, educação, como a mais expressiva para a obtenção dos resultados de consistência do instrumento para este estudo.

Um artigo inédito de conteúdo foi selecionado para ser avaliado pelos pareceristas, utilizando o novo instrumento de avaliação. Os validadores receberam, por *e-mail*, em abril, uma carta convite, o novo instrumento de avaliação, e o arquivo do artigo para apreciação. Participaram 10 pareceristas *ad hoc* da Revista Meta: Avaliação.

Os especialistas verificaram a consistência do conteúdo do instrumento, de modo a responder à segunda questão avaliativa: Até que ponto o instrumento validado auxilia o parecerista *ad hoc* na avaliação dos artigos da Revista Meta: Avaliação?

Todos os 38 itens de avaliação foram preenchidos adequadamente, cabendo apenas dois acréscimos nas instruções presentes no instrumento.

### 3.3 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Os dados dos 10 instrumentos recebidos foram organizados e as informações coletadas serviram de insumos para a análise e interpretação dos resultados. Os itens da Categoria 1 admitiam as respostas Muito bom, Bom, Satisfatório, Fraco e Não se aplica. Os níveis de concordância dos itens da categoria foram classificados de acordo com a consistência de julgamento dos validadores, considerando-se alta concordância de 8 a 10 respostas no mesmo nível; média concordância de 6 a 7 respostas; e baixa concordância de 0 a 5 respostas.

Os itens analisados nas categorias 2 a 9 do instrumento de avaliação de artigos admitiam respostas Sim, Não e Não se aplica. As respostas de 10 a 8 em um mesmo nível foram consideradas

consistentes, enquanto as demais revelaram opiniões divergentes entre os validadores e foram analisadas conforme as observações relatadas nos instrumentos, para cada categoria.

## 4 RESULTADOS

### 4.1 VALIDAÇÃO TÉCNICA E DE CONTEÚDO

Na primeira parte da validação, três especialistas em avaliação e membros da equipe editorial da Revista Meta: Avaliação julgaram se as categorias propostas eram suficientes para o instrumento a partir do referencial de boas práticas e diretrizes para revisão por pares construído para o estudo. Os especialistas consideraram que as nove categorias do instrumento abrangem a totalidade de um artigo científico e afirmaram que não incluiriam ou excluiriam qualquer outra categoria.

A segunda parte da validação solicitou aos especialistas que julgassem o nível de atendimento dos indicadores com relação a sua respectiva categoria. Os validadores foram unânimes quanto ao atendimento de 30, dos 36 indicadores. Apenas um especialista julgou que cinco indicadores atendem parcialmente às respectivas categorias e que um indicador não atende à sua categoria.

Na terceira parte da validação os especialistas avaliaram os indicadores a respeito dos critérios de clareza, relevância, abrangência, singularidade, ausência de superposição e organização, utilizando as opções de resposta sim (S), parcialmente (P) ou não (N). Para as respostas P e N, foi solicitado que identificassem o(s) indicador(es) e justificassem separadamente o julgamento feito.

Os especialistas julgaram as categorias e os indicadores elaborados positivamente. As recomendações foram analisadas *de per se* de modo a serem atendidas, para atingir a clareza dos indicadores e a completude na versão final do instrumento. As observações diziam respeito a inclusão, supressão ou desmembramento de indicadores; a ordem dos termos na escrita do indicador; a mudança de um termo mais adequado no indicador; e a manutenção do indicador.

Após essas adaptações, um quarto especialista analisou-as e procedeu a uma adequação pontual do formato dos indicadores, com o propósito de manter a forma gramatical.

Os resultados desta parte da validação estão apresentados detalhadamente em Rego Barros (2021), onde são confrontadas a primeira versão e a versão modificada dos indicadores que sofreram ajustes. Dos 36 indicadores na versão do instrumento submetida à validação, 22 indicadores foram adaptados, dois foram suprimidos e 12 não sofreram alterações. Quatro indicadores novos foram incluídos por recomendação dos três validadores. Dessa forma, o instrumento em sua versão final contém nove categorias que abarcam 38 indicadores.

### 4.2 VALIDAÇÃO EMPÍRICA

Na segunda etapa de validação, a nova versão do instrumento de avaliação de artigos submetidos à Revista Meta: Avaliação foi enviada a 13 especialistas, que são pareceristas *ad hoc* desse

periódico. O instrumento foi acompanhado de um artigo inédito para ser avaliado. Dos 13, 10 validadores (0,77) retornaram o instrumento preenchido, o que representa mais de três quartos do grupo de especialistas.

Dentre os 10 validadores que participaram do pré-teste do instrumento de avaliação, nove possuem título de doutorado relacionado à área de educação e um estava concluindo o doutorado em População, Território e Estatísticas Públicas. Seis especialistas são vinculados a instituições de ensino superior do Sudeste, três do Sul e uma do Nordeste.

O foco da validação empírica é a capacidade que o instrumento possui de auxiliar os pareceristas no processo de revisão por pares. Para a pré-testagem, foi escolhido um artigo inédito submetido à Revista Meta: Avaliação. Entretanto a submissão não garante que o artigo apresente características de qualidade. Assim, neste estudo, as respostas positivas ou negativas sobre o artigo não influenciam diretamente a análise da validade do instrumento de avaliação como facilitador de pareceres adequados a esta situação.

As observações feitas pelos pareceristas no instrumento de avaliação não foram citadas nessa análise pois o sigilo do artigo estaria comprometido.

Para a análise dos itens da Categoria 1, foi feita a soma dos níveis Muito Bom e Bom, pois ambas as respostas expressam um julgamento positivo da qualidade sobre um quesito específico do artigo. Como parâmetro, foram estabelecidos três níveis de concordância, sendo considerados de 0 a 5 respostas no mesmo nível, baixa concordância; 6 a 7 respostas, média concordância; e 8 a 10 respostas, alta concordância.

Na avaliação geral do artigo, houve alta concordância entre os 10 validadores no julgamento dos itens sobre a relevância da temática e alinhamento à linha editorial do periódico. Avaliados positivamente, receberam o total de nove respostas Muito bom e Bom. Os demais itens receberam seis ou sete avaliações Muito bom e Bom, ou seja, uma concordância média das avaliações. Considerando a categoria no seu conjunto, o artigo foi avaliado positivamente. Apenas os itens relacionados a contribuição para a área e originalidade do tema receberam dois julgamentos Fraco, sujeitos à opinião do validador ou ao conhecimento sobre o tema abordado.

Os próximos itens analisados nas categorias 2 a 9 do instrumento de avaliação de artigos admitiam respostas Sim, Não e Não se aplica. As respostas de 10 a 8 em um mesmo nível foram consideradas consistentes, enquanto as demais revelaram opiniões divergentes entre os validadores e foram discutidas conforme as observações relatadas, para cada categoria.

Embora a maioria dos validadores (6, de 10) concorde que o título reflete o conteúdo do artigo, três apontaram que o título é de difícil entendimento, não representa as duas questões centrais do estudo e sugeriram um título mais genérico. Mesmo considerando que os dois itens obtiveram seis respostas

Sim, os aspectos apontados por esses validadores foram apropriados. Ressalta-se que a Categoria Título não possui itens de avaliação que levem à rejeição de um artigo.

Os dois itens que compõem a Categoria Resumo obtiveram alta concordância das respostas dos validadores. Apenas um julgou que o resumo deveria explicitar melhor seus componentes. Como o resumo tinha o tamanho máximo estipulado na diretriz de submissão do periódico, isto impossibilitou obter mais detalhes.

Os itens da Categoria Introdução receberam sete ou mais respostas Sim, para os quatro itens avaliados. Embora a categoria tenha sido bem avaliada, duas observações dos validadores se destacaram. Um deles julgou que a justificativa apresentada não dialoga com a literatura acadêmica disponível sobre o tema em questão. Uma observação pertinente vinda de um parecerista, mas que não impactou a validação do instrumento.

A seção sobre o referencial teórico do artigo foi avaliada positivamente, em todos os itens apresentados, resultando em 10 a 8 respostas Sim. As respostas Não se referiram a falta de diálogo com estudos sobre o tema na justificativa, uma observação reiterada pelo mesmo validador. Grande parte do artigo é dedicado ao referencial teórico, porém há fragilidades na coesão interna entre as subseções apresentadas.

Concorda-se parcialmente com esses questionamentos ao observar, no referencial, a presença de estudos recentes que abrangem o tema em discussão. Consultando o artigo, pode-se afirmar que os autores dão maior peso ao referencial conceitual e a legislações, inclusive mencionando-os em citações longas. No entanto, poderiam ter apresentado um conteúdo mais substancial e coeso com relação ao enfoque dado às citações de artigos recentes que abordam a mesma temática.

Destaca-se que os validadores foram unânimes quanto à relevância do referencial ao objeto e sua suficiência para embasar o estudo. As observações feitas são pertinentes para o aprimoramento desta seção do artigo, se este estivesse em pauta.

Em relação à Categoria Abordagem/Metodologia, houve divergência entre os julgamentos dos pareceristas, em cinco dos sete itens. Apenas a adequação da abordagem/metodologia e a clareza dos processos de seleção de participantes e de coleta de dados obtiveram concordância média (6 e 7 Sim) de atendimento.

Os validadores que julgaram os demais itens como não atendidos fizeram observações que se centram na fragilidade da metodologia e da análise apresentadas, com falta de referencial e descrição para sustentá-las, e no número reduzido de participantes que impede a generalização dos achados do estudo. Embora a escolha da abordagem qualitativa seja adequada para o tipo de estudo, concorda-se que a descrição da metodologia não é suficiente para apoiar a seção seguinte de análise e resultados, além de o número pequeno de participantes restringir a relevância dos resultados. Ao considerar a

análise da categoria como um todo, pode-se perceber que essa seção do artigo foi avaliada mais negativamente que as anteriores.

A categoria sobre resultados e análise recebeu julgamento positivo, com concordância média, enquanto dois itens foram considerados como não atendidos. Nesses dois casos, os validadores que assinalaram a resposta **Sim** não fizeram observações.

Os validadores que apontaram aspectos negativos sobre os resultados apontaram novamente a fragilidade do número de entrevistados do estudo focalizado pelo artigo e concordaram que faltou à análise dos resultados um comparativo com outros estudos que tratam do assunto discutido. Concorda-se com as observações, especialmente com relação ao número de participantes, pois uma análise relacionando as falas dos entrevistados com achados de outros estudos poderia deixar os resultados mais consistentes e apresentar maior relevância para a área. Um validador apontou a necessidade de relatarem as limitações do estudo, o que também contribuiria para o argumento dos autores.

A avaliação da Categoria Conclusões acompanhou as duas categorias anteriores, também apresentando divergência entre o julgamento dos validadores. Os que apontaram as fragilidades na metodologia e nos resultados do estudo utilizaram os mesmos argumentos para sustentar o seu julgamento negativo em relação às conclusões do estudo. Um validador, inclusive, apontou em sua observação que as conclusões são sucintas e claras, no entanto, não são robustas, apreciando a metodologia e os resultados apresentados. Um segundo validador resumiu que “A fragilidade metodológica da pesquisa impacta diretamente os resultados da pesquisa”. Seguindo a análise das seções anteriores do artigo, concordou-se com essas observações. Os autores do artigo analisado apresentam citações que não cabem nas conclusões e respondem o objetivo do estudo de forma mínima, trazendo afirmações generalistas, sustentadas apenas no número reduzido de participantes do estudo.

A última categoria do instrumento de avaliação, sobre Referências, apresentou alto nível de concordância dos validadores. Apenas um deles apontou a insuficiência das referências, mencionando a falta de autores de estudos atuais da área e citações ao longo do texto que não estão presentes na lista de referências. De fato, constatou-se a presença de algumas citações diretas sem a paginação e citações sem a referência completa.

Após analisar os pareceres da etapa de pré-testagem, julgou-se pertinente fazer alguns ajustes no instrumento final, considerando a forma como os validadores preencheram o instrumento.

Dos 10 instrumentos recebidos, três validadores que avaliaram o artigo positivamente não fizeram qualquer observação para os campos específicos, nem justificaram o parecer no final do instrumento. Na experiência da autora do presente estudo, mesmo que um artigo seja de alta qualidade, dificilmente deixa de demandar algum ajuste para sua aprovação e posterior publicação. Além disso, a ausência de qualquer comentário no parecer dificulta a tomada de decisão da equipe editorial, especialmente no caso de pareceres discrepantes.

A autora do presente estudo considerou o acréscimo de campos de observação para cada seção do artigo um ponto positivo do novo instrumento, visto que os validadores que julgaram itens como não atendidos, utilizaram os campos específicos para apontar as melhorias necessárias naquela seção do texto. Entende-se que esses campos direcionados por seção podem auxiliar na redução de pareceres pouco informativos. No entanto, como alguns validadores não preencheram os campos, optou-se por acrescentar no instrumento uma frase enfatizando a importância de realizarem observações quando identificarem melhorias necessárias no texto.

A segunda adaptação do instrumento foi feita a partir das respostas assinaladas como Não se aplica. Após receber os instrumentos, um dos validadores apontou uma possível ambiguidade a respeito do uso da resposta Não se aplica no instrumento. Destacou que a resposta pode ser interpretada pelo fato de o item não ser essencial para o artigo e sua ausência não interferir na qualidade do texto, ou o parecerista se julgar inapto para avaliar aquele quesito, talvez por falta de conhecimento ou de familiaridade com o que é abordado. Por esse motivo, a autora do presente estudo considerou pertinente acrescentar ao instrumento uma frase explicativa sobre o uso do Não se aplica, que reflete a segunda interpretação, sendo essa a finalidade esperada para a opção de resposta no instrumento de avaliação.

A versão final do instrumento de avaliação para a análise dos artigos submetidos à Revista Meta: Avaliação, elaborado neste estudo, será apresentada a seguir.

Instrumento de avaliação para a análise de artigos submetidos à Revista Meta: Avaliação

Título						Data de Envio	Data de Devolução			
ID:										
<b>Análise inicial:</b> Recomenda-se uma primeira leitura em diagonal para identificar a impressão inicial sobre o artigo e decidir se irá aceitá-lo ou recusá-lo.										
Aspectos a avaliar						Muito Bom	Bom	Satisfatório	Fraco	Não se aplica
1	Relevância da temática.									
2	Contribuição significativa para a área.									
3	Originalidade do estudo.									
4	Atualidade do estudo.									
5	Alinhamento à linha editorial do periódico.									
6	Organização lógica do texto (fluidez das ideias).									
7	Possibilidade de aplicação da proposta descrita no texto.									
8	Respeito às normas ortográficas.									
<b>Leitura detalhada:</b> Ao realizar a 2ª leitura, focalize a construção do argumento, a clareza da linguagem e o conteúdo. Enfatiza-se a importância do registro das observações para os itens não adequados, possibilitando melhorias por parte dos autores, e da justificativa no final do parecer, para a decisão da equipe editorial. A opção de resposta <b>Não se aplica</b> deve ser assinalada quando se considerar que um item não é essencial para o artigo e sua ausência não interfere na qualidade do texto.										
Aspectos a avaliar					Sim	Não	Não se aplica	Observações		
<b>Título</b>										
1	Reflete o conteúdo do artigo.									
2	Desperta o interesse do leitor.									
<b>Resumo</b>										

3	Sintetiza o propósito do estudo, o método, os resultados e as conclusões.				
4	Apresenta palavras-chave adequadas em número e significado, que refletem o conteúdo do artigo.				
<b>Introdução</b>					
5	Justifica a necessidade de desenvolver estudos/avaliações sobre o assunto.				
6	Apresenta claramente o problema/situação do estudo.				
7	Justifica o que motivou a realização do estudo.				
8	Define claramente o objetivo ou a(s) questão(ões) avaliativa(s)/ hipóteses ou pergunta(s) da pesquisa.				
<b>Aspectos a avaliar</b>		<b>Sim</b>	<b>Não</b>	<b>Não se aplica</b>	<b>Observações</b>
<b>Referencial teórico</b>					
9	É relevante ao objeto do estudo.				
10	Cita autores de referência sobre o assunto para estabelecer o argumento.				
11	Cita estudos contemporâneos sobre o assunto para estabelecer o argumento.				
12	É suficiente para embasar o estudo.				
13	É coerente na organização das ideias e no desenvolvimento do raciocínio.				
<b>Abordagem/ metodologia</b>					
14	É adequada ao objeto e objetivo do estudo.				
15	Apresenta clareza e descrição suficiente.				
16	Possui referencial metodológico consistente.				
17	Tem processos claros de seleção de participantes e de coleta de dados.				
18	Apresenta questões do estudo coerentes com o objetivo.				
19	Utiliza método(s) estatístico(s) consistentes.				
20	Utiliza método(s) de análise qualitativa consistentes.				
<b>Resultados e análise</b>					
21	Apresentam dados de forma adequada e completa.				
22	Articulam o referencial teórico/conceitual com a discussão dos resultados.				
23	Apresentam tabelas, figuras, quadros e anexos de modo sintético para facilitar a compreensão dos dados.				
24	Comparam os resultados com estudos atuais da área.				
25	Contribuem com conhecimento novo ou relevante à temática em investigação/avaliação.				
<b>Conclusões</b>					
26	Estão apoiadas pelos dados/resultados apresentados.				
27	São sucintas, claras e robustas.				
28	Refletem os objetivos alcançados ou não.				
<b>Referências</b>					
29	São pertinentes ao estudo.				
30	Atendem às normas ABNT seguidas pelo periódico.				
<b>Este artigo deve ser publicado? ( ) Sim ( ) Não</b>					
( ) <b>Sim</b> , desde que sejam observadas as seguintes ponderações: <b>(Justifique seu parecer).</b>					

## 5 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

De acordo com os resultados obtidos no processo de validação técnica e de conteúdo, foi possível concluir que o instrumento de avaliação respondeu positivamente à primeira questão formulada no estudo: Até que ponto o instrumento elaborado atende aos critérios definidos pela equipe editorial da Revista Meta: Avaliação?

Os quatro especialistas em avaliação que participaram dessa etapa de validação fazem parte da equipe editorial da Revista Meta: Avaliação e conhecem as necessidades específicas do processo de revisão por pares do periódico. Consideraram as nove categorias do instrumento pertinentes e sugeriram pequenas modificações em 22 indicadores, assim como a supressão de dois indicadores e a inclusão de quatro novos indicadores.

A segunda questão avaliativa - Até que ponto o instrumento validado auxilia o parecerista *ad hoc* na avaliação dos artigos da Revista Meta: Avaliação? - foi respondida a partir da validação empírica do instrumento de avaliação, que contou com 10 pareceristas *ad hoc* da Revista Meta: Avaliação. Por meio da avaliação de um artigo inédito, a autora pôde comparar os pareceres recebidos, especialmente com relação à forma de preenchimento do instrumento. Embora os validadores tenham apresentado algumas discordâncias, o instrumento possibilitou o julgamento do artigo. Assim, todos os 38 itens de avaliação foram preenchidos adequadamente, cabendo apenas dois ajustes nas instruções presentes no instrumento, a fim de esclarecer a importância das observações e justificativa para o parecer, e o uso da opção de resposta Não se aplica.

Pode-se, portanto, concluir que o instrumento de avaliação para a análise dos artigos submetidos à Revista Meta: Avaliação atende tanto às necessidades da equipe editorial quanto dos pareceristas *ad hoc* do periódico.

A partir dos resultados e das conclusões do estudo, recomenda-se:

1) que a aplicação do novo instrumento de avaliação para a análise dos artigos submetidos à Revista Meta: Avaliação seja julgada buscando a ocorrência de consistência entre pareceristas de cada artigo avaliado, durante o período de um ano.

Com essa aplicação, pretende-se obter um conjunto de informações que respondam pela fidedignidade do novo instrumento de avaliação para a análise dos artigos submetidos à Revista Meta: Avaliação.

2) que a equipe editorial do periódico prepare um material orientador aos pareceristas a partir do instrumento de avaliação elaborado neste estudo, para disponibilizar na seção Processo de Avaliação pelos Pares, no *site* da Revista Meta: Avaliação.

3) que as orientações de Boas Práticas compiladas nesse estudo sejam disponibilizadas na seção Processo de Avaliação pelos Pares no *site* da Revista Meta: Avaliação, com a finalidade de divulgar esse conteúdo aos autores e pareceristas do periódico.

4) que as equipes editoriais de periódicos nacionais possam produzir materiais instrucionais sobre como avaliar artigos científicos e os divulguem aos interessados.

5) que as associações relacionadas à editoração científica ofereçam minicursos preparatórios voltados para a avaliação de artigos científicos, de modo a ampliar a prática dos pareceristas.



Espera-se que esse estudo avaliativo possa contribuir positivamente ao processo de revisão por pares da Revista Meta: Avaliação e auxiliar outros pesquisadores e acadêmicos que se interessarem em aprimorar a sua qualificação como pareceristas de periódicos científicos.



## REFERÊNCIAS

1. Alleoni, L. R. F. (2014). Editorial: o importante papel do parecerista. *Arquivos do Instituto Biológico*, 81(1), 1. [https://www.scielo.br/pdf/aib/v81n1/pt\\_1808-1657-aib-81-01-00001.pdf](https://www.scielo.br/pdf/aib/v81n1/pt_1808-1657-aib-81-01-00001.pdf)
2. Almeida, C. C. de, & Grácio, M. C. C. (2019). Produção científica brasileira sobre o indicador “Fator de Impacto”: um estudo nas bases SciELO, Scopus e Web of Science. *Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, 24(54), 62-77. <https://doi.org/10.5007/1518-2924.2019v24n54p62>
3. Alvarez, G. R., & Caregnato, S. E. (2017). Preprints na comunicação científica da física de altas energias: análise das submissões no repositório arXiv (2010-2015). *Perspectivas em Ciência da Informação*, 22(2), 104-117. <https://doi.org/10.1590/1981-5344/2830>
4. Barata, R. de C. B. (2016). Dez coisas que você deveria saber sobre o Qualis. *RBPG: Revista Brasileira de Pós-Graduação*, 13(1). [https://pos.letras.ufg.br/up/26/o/artigo\\_10\\_coisas.pdf](https://pos.letras.ufg.br/up/26/o/artigo_10_coisas.pdf)
5. Benos, D. J., et al. (2007). The ups and downs of peer review. *Physiology Education*, 31(2), 145-152. <https://doi.org/10.1152/advan.00104.2006>
6. Brasil. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. (2019). Aprimoramento do processo de avaliação da pós-graduação. [https://www.capes.gov.br/images/novo\\_portal/documentos/DAV/avaliacao/18072019\\_Esclarecimentos\\_Qualis2.pdf](https://www.capes.gov.br/images/novo_portal/documentos/DAV/avaliacao/18072019_Esclarecimentos_Qualis2.pdf)
7. Brasil. Plataforma Sucupira. (2016). Qualis periódicos. <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/veiculoPublicacaoQualis/listaConsultaGeralPeriodicos.jsf>
8. Brei, V. A., et al. (2017). Um guia de avaliação de artigos científicos em marketing. *Revista de Administração de Empresas*, 57(4), 391-400. <http://dx.doi.org/10.1590/s0034-759020170408>
9. Cavalcante, N. G. (2013). O curso de mestrado profissional em avaliação da Fundação Cesgranrio: avaliação por egressos [Dissertação de mestrado, Faculdade Cesgranrio, Fundação Cesgranrio]. [http://mestrado.cesgranrio.org.br/pdf/dissertacoes2015/27%20de%20agosto%20de%202013\\_Dissertacao%20Nilma%20G%20Cavalcante\\_Turma%202011.pdf](http://mestrado.cesgranrio.org.br/pdf/dissertacoes2015/27%20de%20agosto%20de%202013_Dissertacao%20Nilma%20G%20Cavalcante_Turma%202011.pdf)
10. Chianca, T., Marino, E., & Shiesari, L. (2001). Desenvolvimento e cultura de avaliação em organizações da sociedade civil. *Global*.
11. COPE Council. (2017). Ethical guidelines for peer reviewers. *Cope*. [https://publicationethics.org/files/cope-ethical-guidelines-peer-reviewers-v2\\_0.pdf](https://publicationethics.org/files/cope-ethical-guidelines-peer-reviewers-v2_0.pdf)
12. COPE Council. (2020). About COPE. In: COPE. Our organisation. *Cope*. <https://publicationethics.org/about/our-organisation>
13. Elliot, L. G. (Ed.). (2012). Instrumentos de avaliação e pesquisa: caminhos para construção e validação. Wak Editora.
14. Elliot, L. G., Hildenbrand, L., & Berenger, M. M. (2012). Questionário. In: Elliot, L. G. (Ed.), Instrumentos de avaliação e pesquisa: caminhos para construção e validação (p. xx-xx). Wak Editora.



15. Elsevier. (2021). Learn. Researcher Academy. <https://researcheracademy.elsevier.com/navigating-peer-review/certified-peer-reviewer-course>
16. Ferreira, M. A. S. P. V., Canela, R., & Pinto, C. F. (2014). O processo editorial periódico e sugestões para a publicação. *Revista de Gestão e Secretário*, 5(2), 1-22. [https://www.revistagesec.org.br/secretariado/article/view/307/pdf\\_52](https://www.revistagesec.org.br/secretariado/article/view/307/pdf_52)
17. Hohendorff, J. v. (2018). Editorial: de quem é a responsabilidade? *Revista de Psicologia da IMED*, 10(1). <https://seer.imed.edu.br/index.php/revistapsico/article/view/2911>
18. Journal of Educational Evaluation for Health Professions. (2004-). Health Personnel Licensing Examination Institute. <https://www.jeehp.org/authors/authors.php>
19. Kelly, J., Sadeghieh, T., & Adeli, K. (2014). Peer review in scientific publications: benefits, critiques & a survival guide. *Journal of the International Federation of Clinical Chemistry and Laboratory Medicine*, 25(3), 227-243. <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC4975196/>
20. Leite, L. S. (2012). Lista de verificação. In: Elliot, L. G. (Ed.), *Instrumentos de avaliação e pesquisa: caminhos para construção e validação* (p. xx-xx). Wak Editora.
21. Martins, G. de A. (2006). Sobre a confiabilidade e validade. *Revista Brasileira de Gestão e Negócios*, 8(20), 1-12. <http://www.spell.org.br/documentos/ver/6471/sobre-confiabilidade-e-validade>
22. Mulligan, A., Hall, L., & Raphael, E. (2013). Peer review in a changing world: an international study measuring the attitudes of researchers. *Jasist: Journal of the Association for Information Science and Technology*, 64(1), 132-161. <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1002/asi.22798>
23. Nascimento, C. C. da, & Mugnaini, R. (2016). Qualidade de revistas científicas: um estudo da literatura publicada entre 2003 e 2013. In: *Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação*, 17., Bahia. [http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/bitstream/handle/123456789/3550/2016\\_GT7-CO\\_21.pdf?sequence=1](http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/bitstream/handle/123456789/3550/2016_GT7-CO_21.pdf?sequence=1)
24. Paiva, R. (2020). Desafio de conseguir e manter revisores. In: *Encontro ABEC Meeting Live 2020*. <https://meeting20.abecbrasil.org.br/programacao/>
25. Patrus, R., Dantas, D. C., & Shigaki, H. B. (2016). Pesquisar é preciso: publicar não é preciso: história e controvérsias sobre a avaliação por pares. *Avaliação*, 21(3), 799-820. <https://doi.org/10.1590/S1414-40772016000300008>
26. Ponce, B. J. et al. (2017). Sobre a melhoria da produção e da avaliação de periódicos científicos no Brasil. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, 25(97), 1032-1044. <http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v25n97/1809-4465-ensaio-25-97-1032.pdf>
27. Rego Barros, L. F. (2021). Critérios de julgamento de artigos para a Revista Meta Avaliação: construção e validação de instrumento. (Mestrado Profissional em Avaliação) – Faculdade Cesgranrio, Fundação Cesgranrio.
28. *Revista Estudos em Avaliação Educacional*. (1990-). Fundação Carlos Chagas. <http://publicacoes.fcc.org.br/index.php/eae/about>



29. Revista Meta: Avaliação. (2009-). Fundação Cesgranrio. <http://revistas.cesgranrio.org.br/index.php/metaavaliacao/index>
30. Sage Publishing. (2021). How to review articles. SAGE PUBLISHING. <https://us.sagepub.com/en-us/nam/how-to-review-articles>
31. Seeber, M. (2020). How do journals of different rank instruct peer reviewers?: reviewer guidelines in the field of management. *Scientometrics*, 122, 1387-1405. <https://doi.org/10.1007/s11192-019-03343-1>
32. Serra, F. A. R., & Ferreira, M. A. S. P. V. (2015). Proposta de um modelo para o instrumento de avaliação pelos Pareceristas. *Revista Ibero Americana de Estratégia*, 14(1), 1-6. <http://www.redalyc.org/pdf/3312/331238457001.pdf>
33. Silva, L. P. da, & Elliot, L. G. (2018). Instrumento de avaliação de projetos sociais: construção e validação. In: Elliot, L. G., & Vilarinho, L. R. G. (Orgs.), *Construção e validação de instrumentos de avaliação: da teoria à exemplificação prática*. Pimenta Cultural.
34. Silva, S. F. R. da. (2016). Revisão por pares e tecnologias eletrônicas: perspectivas paradigmáticas nos procedimentos da comunicação científica. (Doutorado em Ciência da Informação) – Instituto de Ciência da Informação, Universidade Federal da Bahia. <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/20970>
35. Silveira, L. da, & Silva, F. C. C. da (Orgs.). (2020). *Gestão editorial de periódicos científicos: tendências e boas práticas*. BU Publicações UFSC: Edições do Bosque UFSC. <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/208691>
36. Souza, E. P. S. de. (2006). Publicação de revistas científicas na Internet. *Revista Brasileira de Cirurgia Cardiovascular*, 21(1). <https://doi.org/10.1590/S0102-76382006000100006>
37. Springer Nature. (2021). How to peer review: author tutorials. Springer Nature. <https://www.springernature.com/gp/authors/campaigns/how-to-peer-review>
38. Sullivan, G. M. (2011). A primer on the validity of assessment instruments. *Journal of Graduate Medical Education*, 3(2), 119-120. <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC3184912/>
39. Taylor & Francis. (2021). An editor's guide to the peer review process. Editor Resources. <https://editorresources.taylorandfrancis.com/managing-peer-review-process/>
40. Tennant, J. (2018). The state of the art in peer review. *FEMS Microbiology Letters*, 365(19). <https://doi.org/10.1093/femsle/fny204>
41. The Royal Society. (2020). Journals. <https://royalsociety.org/journals/>
42. University of Cambridge. (2021a). Ad hoc. Cambridge Dictionary. <https://dictionary.cambridge.org/pt/dicionario/ingles-portugues/ad-hoc>
43. University of Cambridge. (2021b). A guide to peer reviewing journal articles. Cambridge University Press. <https://www.cambridge.org/core/services/aop-file-manager/file/5a1eb62e67f405260662a0df/Refreshed-Guide-Peer-Review-Journal.pdf>



44. Wachholz, P. A. (2019). Melhorando a qualidade do processo de revisão por pares: instruções para os revisores da GGA. *Geriatr Gerontol Aging*, 13(4), 223-229. DOI: 10.5327/Z2447-211520191900066
45. Werlang, E. (2013). Revisão por pares: um estudo da gestão de avaliadores nas revistas científicas brasileiras. (Mestrado em Ciência da Informação) - Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal de Santa Catarina. <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/107272/319565.pdf?sequence=1&isAllowed=y>
46. Wiley. (2000). Peer review general and ethical guidelines. *Journal reviewers*. John Wiley & Sons Inc. <https://authorservices.wiley.com/Reviewers/journal-reviewers/how-to-perform-a-peer-review/general-and-ethical-guidelines.html>
47. Worthen, B. R., Sanders, J. R., & Fitzpatrick, J. L. (2004). Avaliação de programas: concepções e práticas. Ed. Gente.
48. Zuckerman, H., & Merton, R. K. (1971). Patterns of evaluation in science: Institutionalisation, structure and functions of the referee system. *Minerva*, 9(1), 66-100. <https://link.springer.com/content/pdf/10.1007/BF01553188.pdf>